



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE DEFESA ANTIAÉREA DO EXÉRCITO (2023)
"COMANDO GENERAL SAMUEL TEIXEIRA PRIMO"

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO DE DISPENSA Nº: _____/2023
NUP EB:64265.004188/2023-31

DIEx Req nº: 91 – Set Mat, de 15 AGO 23

Objeto: CONFEÇÃO DE BLOCO DE PAPEL 50
FOLHAS DE MEDIDA 15 X 21, CAPA COLORIDA 4X0
COM FOLHAS TIMBRADAS, COM ARTE A DEFINIR.

1. OBJETO

- 1.1. O presente termo tem por objetivo a aquisição de placas de aço visado atender às necessidades do Comando de Defesa Antiaérea do Exército, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

Item	Descrição detalhada do material	Und Forn	CATMAT	Qtd.
01	BLOCO DE PAPEL PARA ANOTAÇÕES PERSONALIZADO 50 FOLHAS DE MEDIDA 15 X 21, CAPA COLORIDA 4X0 COM FOLHAS TIMBRADAS, COM ARTE A DEFINIR.	Und	357207	100

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 2.1. A compra descrita no DIEx Requisitório destina-se à aquisição de bloco de anotação do Cmdo de Defesa Antiaérea do Exército por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, prevista na Instrução Normativa nº 67 SEGES/ME, de 8 de julho de 2021, considerando que no momento não há processo licitatório, próprio deste Grande Comando, vigente para a compra em questão.
- 2.2. O objeto em tela é caracterizado por bens de pequeno valor, enquadrados na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os quais não se referem a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- 2.3. A presente Dispensa Eletrônica de Licitação é de fundamental relevância para este Grande Comando, uma vez que visa suprir a demanda do encarregado do Setor de Material por materiais indispensáveis para o cumprimento de sua missão e realização de suas tarefas e atividades.

2.4. Também foram observados como fatores de contratação os princípios da economicidade, no que tange à vantajosidade do valor da despesa pretendida, e da razoabilidade, referente à premência da necessidade do objeto, aspectos favoráveis à administração pública.

3. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. A **solicitação de fornecimento** será formalizada através da Nota de Empenho, numerada, datada, assinada pelo Responsável da emissão e pelo Ordenador de Despesas, e o seu envio por e-mail ou portador;

3.2. O **prazo de entrega do material é de 10 (dez) dias úteis**, contando a partir do contato da contratante;

3.3. O referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, desde que seja solicitado formalmente pela CONTRATADA antes de findado o prazo inicial, com a devida justificativa e seja autorizado pela CONTRATANTE;

3.4. O **local de entrega** será no endereço do Comando de Defesa Antiaérea do Exército: Rua Marechal Emilio Mallet, nº 1000, Jardim Guaiúba, Guarujá-SP, CEP: 11421-080. Fone: (13) 3354-1707; e

3.5. A entrega do material deverá ser realizada de forma integral e deverá ser entregue diretamente ao Almojarifado, de 2ª a 5ª feira das 08h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h ou às 6ª feiras das 08h às 11h30.

3.6. O Bloco de Anotação deverá ser confeccionado da seguinte maneira: Capa - colorida 4x0, com folhas timbradas, 50 folhas com medida 15x21, com arte a definir.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer prejuízo causado ao material, ou insumos dos serviços, durante a entrega dos mesmos;

4.2. Antes de apresentar sua proposta, o participante deverá analisar as especificações, executando todos os levantamentos, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas por ocasião do fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade; e

4.3. Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos da entrega dos materiais especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento ou prestação dos serviços devido ao não cumprimento da entrega por parte de terceiros.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; e

5.2. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da entrega dos materiais ou prestação dos serviços, na forma do contrato;

6. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO DO MATERIAL/SERVIÇO

6.1. O material será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, sujeito a ser devolvido ou corrigido pela CONTRATADA, caso o produto entregue ou serviço prestado não possua a composição descrita no processo licitatório.

7. O MÉTODO UTILIZADO NA ESTIMATIVA DE PREÇOS

7.1. A fim de garantir que o Poder Público identifique o valor menor de mercado para uma pretensão contratual, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e ainda manter o princípio de economicidade para administração pública, foi utilizado a média do valor praticado no comércio obtido na pesquisa de preços, de acordo com o que prescreve o inciso I do art 2º da instrução normativa nº 65, de 7 de julho de 2021;

7.2. A Pesquisa de preços foi realizada de acordo com os incisos **II - (aquisição e contratações similares de outros entes públicos), IV (pesquisa junto a fornecedores).** Do art 5º da IN nº 65, de 7 JUL 21.

8. AVALIAÇÃO DO CUSTO

8.1. O custo da aquisição foi obtido por meio do preenchimento de planilha constante do documento de formalização da demanda, no qual os valores obtidos são os praticados no mercado, conforme consta dos orçamentos e mapa comparativo, anexos ao DIEx Requisitório.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento se dará em até **30 (trinta) dias** após a entrega dos materiais ou prestação definitiva dos serviços, com a Nota Fiscal idêntica à Nota de Empenho e devidamente atestada pelo Encarregado do Setor Requisitante e autorizado pelo Ordenador de Despesas.

10. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

10.1. O certame será realizado no SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, conforme prevê a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME n 67, de 8 de julho de 2021.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação ao erário.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. Para julgamento e classificação das propostas serão adotados o critério do menor preço unitário, observadas as especificações técnicas definidas no Processo de Aquisição.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

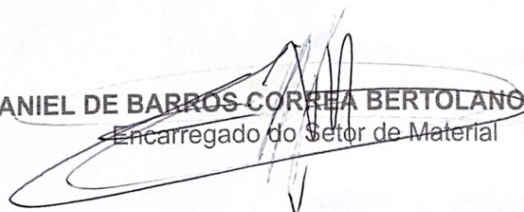
13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;


13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- 13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas na lei supracitada.
- 13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
- 13.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Município do Guarujá – SP 14 de Agosto de 2023.


DANIEL DE BARROS CORREA BERTOLANO – 2º Ten
Encarregado do Setor de Material

APROVAÇÃO


CARLOS BRAGA DURANS- Cel R1
Ordenador de Despesas